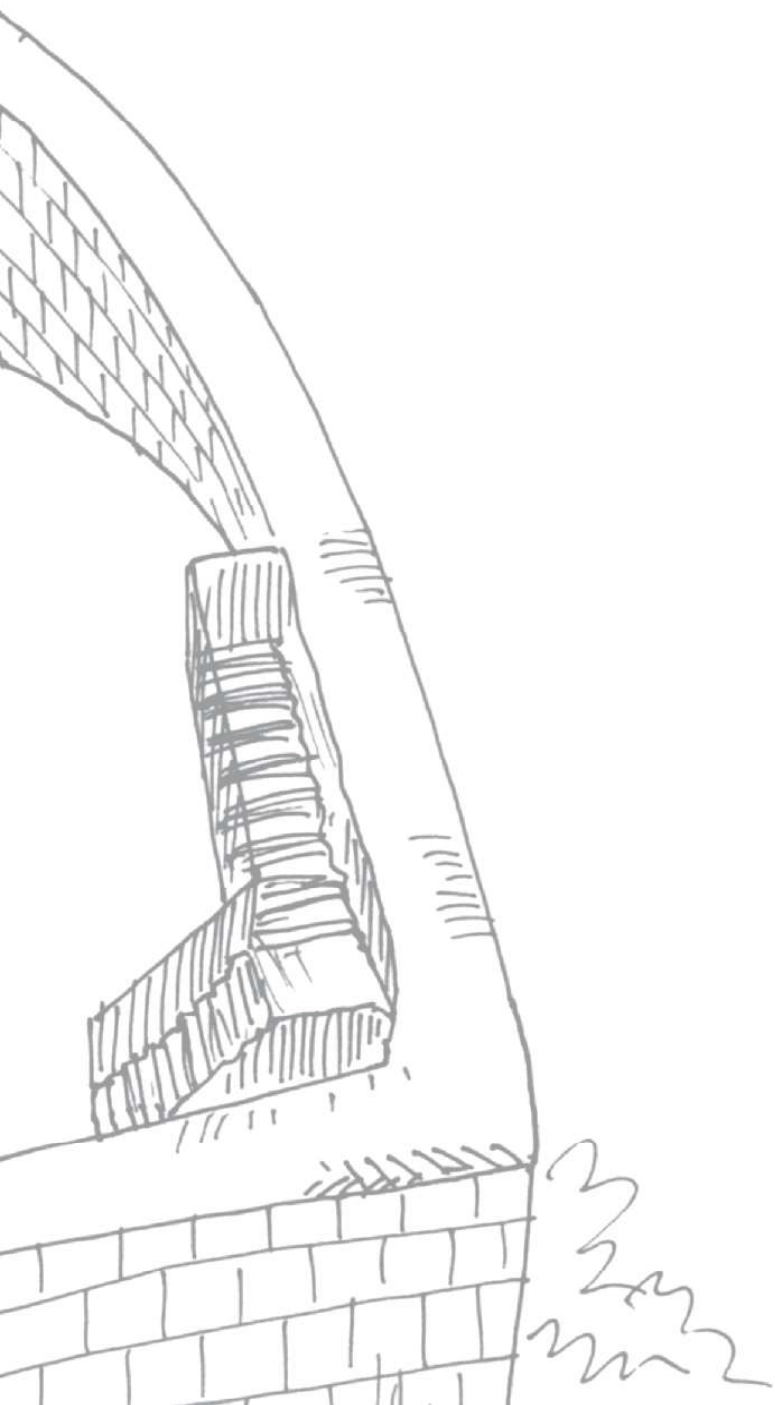


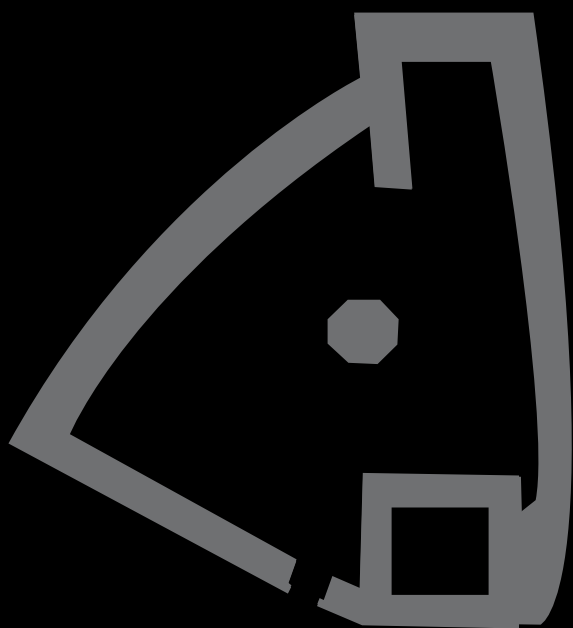
CASTELO

DE ARNOIA

CELORICO DE BASTO



CASTELO
DE ARNOIA
CELORICO DE BASTO



Planta.

O CASTELO DE ARNOIA E O TERRITÓRIO

O aparecimento do castelo românico está intimamente relacionado com o processo de reorganização administrativa e militar do território em “terras”, em paralelo com a evolução, aos mais diversos níveis, das táticas de guerra e do armamento¹. É neste contexto que devemos entender a construção do Castelo de Arnoia no cimo de um cabeço que domina a chamada terra de Basto. Em 1726, Francisco Craesbeeck explica-nos que “antiguamente estava unida toda esta terra de Basto, que hoje [em 1726, portanto] está devida em dous concelhos”, o de Cabeceiras de Basto e o de Celorico (Craesbeeck, 1992: 324). Na atualidade acrescentaríamos os de Mondim de Basto e Ribeira de Pena, todos eles dominados pela altiva e única Senhora da Graça², “imagem de marca” deste território, integrado numa faixa de transição entre o noroeste atlântico e o noroeste transmontano, ainda em tempos não muito recuados guardado pelo vigilante castelo edificado na freguesia de Arnoia e que deste adotou o nome.



Vista aérea.

¹ Sobre a evolução do armamento medieval português ver Barroca (2000: 37-110).

² É assim que se designa na região o “Monte Farinha”, que, a uma altitude de 1000 metros, ostenta no topo a ermida da Senhora da Graça. Situado no concelho de Mondim de Basto, o Monte Farinha, com a sua forma cônica, não é mais do que a proa de uma curiosa cordilheira granítica (cordilheira do Alvão), que, de oriente para ocidente, vem em linha reta desde o vizinho Campo de Seixo (Mondim de Basto) (numa extensão aproximada de 5 km) (Casal Pelayo, 1988).

Conforme nos esclarece a *Carta do património arquitectónico do concelho de Celorico de Basto*, centra-se esta terra de Basto sobre o vale médio do rio Tãmega (CMCB, 2011), encaixado entre as serras do Marão e do Alvão (a nascente) e as serras da Cabreira e da Lameira (a norte e poente), apresenta características de área montanhosa, com densas florestas e inúmeros vales que enquadram uma extensa rede de cursos de água, aspeto muito favorável à prática da agricultura tradicional de subsistência.

Falar de “terras” é falar da reestruturação da administração na Reconquista pré-Condado Portucalense e da organização de territórios ocupados, estruturando a defesa em áreas restritas, cujo governo era mais personalizado, uma vez que era entregue a um conde. Coube a Fernando Magno (rei de Castela, 1035-1065, e rei de Leão, 1037-1065) um importante incremento no avanço da Reconquista Cristã da Península Ibérica³, o que obrigou a importantes mudanças ao nível das estruturas administrativas e locais (Barroca, 1990-1991: 115), caracterizadas por uma maior partilha do poder e uma organização mais feudalizante do território ocupado, desenvolvendo-se na parte ocidental da Península as chamadas “castelánias”. As famílias nobres rurais mais poderosas, apoiadas nos castelos e nos mosteiros, iniciam uma ascensão social e tornam-se “milites” (Almeida, 1987: 47-48). Ligadas às tenências de certos castelos, as “terras” são definidas por limites territoriais bastante mais pequenos que os dos “territoria das civitates” anteriores (Almeida e Lopes, 1981-1982: 133)⁴. A organização condal (regional) dá lugar à senhorial (local).

As “terras” estruturam-se, certamente, ao longo de toda a segunda metade do século XI (Barroca, 1990-1991: 115), altura em que a documentação medieval começa a referir a sua existência precisando a localização geográfica das propriedades e povoações. Estando à frente das “terras” um tenente e sendo estas identificadas na paisagem por um castelo (que adota também ele o nome da “terra” a que preside), estas unidades territoriais correspondem ao crescimento, e afirmação, de uma nobreza de raiz local, a dos “infanções”, afirmando-se como um modelo essencialmente senhorial.

Assim, este movimento da constituição de terras está intimamente associado ao processo de “encastelamento” dos séculos X, XI e XII, através do qual toda a Europa Ocidental se cobriu de uma densa rede de castelos. As populações, sentindo o seu território ameaçado pelo inimigo (na maioria das vezes, o muçulmano), começaram a organizar-se para poderem providenciar defesa para si e suas famílias e aos seus bens, construindo castelos e recintos defensivos para o efeito (Almeida, 1992: 375). Possivelmente, o Castelo de Arnoia, juntamente com o de Guimarães e talvez o de Vila Real, constituísse uma das linhas de defesa do Porto, pois, em linha reta, dista desta cidade uns 56 quilómetros (North, 2002: 37). Assumia-se, portanto, como elemento ativo num vasto plano estratégico de defesa regional.

É neste contexto que devemos entender o aparecimento da lenda da tomada do Castelo de Arnoia, que narra o feito de um reduzido número de cristãos cansados do domínio muçulma-

3 Como se sabe, devemos a este monarca grandes avanços ao nível da Reconquista e da ocupação territorial, de que é exemplo a conquista definitiva de Coimbra, em 1064, após seis meses de cerco – data fundamental para a cronologia medieval portuguesa, quer ao nível político, quer ao nível artístico.

4 As “civitates” foram criadas para efeitos de administração civil e militar, no âmbito da estratégia de gestão territorial do tempo de D. Afonso III das Astúrias (866-909).



no que os obrigava a carregar pedras para o Castelo. Um dia reuniram o gado disponível nas imediações que, com badalos nos pescocoços e archotes acesos nos chifres das cabras e dos bois, foi encaminhado durante a noite em direção ao Castelo. Iludidos, os mouros, crendo estar na presença de um grande exército, partiram em debandada fugindo ao confronto. Conta-nos Pedro Vitorino que, em inícios do século XX, a lenda do castelo “mouro” ainda estava muito presente entre as gentes do lugar pois, “por horas mortas o campónio lá vae monte acima até ás solitarias ruínas, na ideia de algum rico thesouro escondido há esquecidos anos...” (Vitorino, 1909: 314-317). Segundo a lenda, antes da fuga, os mouros teriam deixado muitos tesouros enterrados⁵.

Destas estruturas castelares, algumas delas vingaram enquanto outras entraram em decadência evidente. Certos castelos preservaram e ampliaram a sua importância ao ascenderem a cabeças da “terra”, criando assim, ao longo deste período, uma importante rede que apoiou a estrutura militar do País nos tempos da Reconquista. Foi, pois, durante o reinado de D. Afonso Henriques (1143-1185) que se registou uma multiplicação do número de terras, abrangendo novas áreas geográficas (Barroca, 1990-1991: 120). E, durante este período, os castelos que ascenderam a cabeça-de-terra passaram a constituir o modelo do castelo românico.

As mais antigas referências documentais conhecidas para o Castelo de Arnoia datam do ano da conquista definitiva de Coimbra, aludindo ao “Castellum Celorici et oppido ibi” (Coutinho, 1942: 40)⁶. Esta referência é de suma importância, não só pelo facto de que alude a Celorico enquanto lugar central, passível de ser mencionado num itinerário, como refere a existência de uma povoação protegida por um castelo a ela sobranceiro (Perennia Monumenta, 2002: 3). Um documento um pouco posterior, datado de 1092, cita as propriedades “sub urbis Cellorico et território Basto” (ACL, 1868: 450).

Situado sobre a antiga povoação da “Villa de Basto” – durante longo tempo sede deste território e posteriormente julgado e concelho –, o Castelo de Arnoia foi erguido, pois, no alto de um cabeço, assumindo uma presença particular na paisagem e no território que em tempos controlou e defendeu. Conforme se pode verificar pela existência de visíveis afloramentos rochosos, a sua localização enquadra-se perfeitamente na categoria a que se tem vindo a definir como “roqueira”.

De facto, na passagem do século X para o seguinte, a rede de castelos do Entre-Douro-e-Mínho, bastante densa por sinal, resultava em grande parte do esforço das populações locais, enquanto resposta encontrada face às razias muçulmanas e incursões normandas (Barroca, 1990-1991: 91). Embora a maioria dos castelos resultantes deste primeiro “encastelamento” se encontre hoje reduzido a ténues vestígios, facultando poucos elementos sobre a sua estrutura física original, sabemos que, entre muitos outros aspetos, havia a preocupação de os construir em locais elevados, privilegiando o campo de visão e aproveitando, sempre que possível, as facilidades concedidas pela morfologia do terreno. Além disso, tornava-se fundamental a presença de bató-



Muralha. Batólitos graníticos.

⁵ Esta narrativa é comum a muitos castelos que louvam os feitos da sua defesa, atribuindo-os a certas figuras e acontecimentos extraordinários, como este que reproduz nos tópicos das cabras e das luminárias, várias batalhas célebres da história, como o combate de Gedeão com os medianitas, Sansão contra os filisteus ou Aníbal contra os romanos.

⁶ Segundo o autor, trata-se de um traslado ou apógrafo parcial de algum ignorado ou desaparecido cronicão, em que se trata das circunscrições administrativas do Portugal de 1064.



Mosteiro de Arnoia (Celorico de Basto).
Sacristia. Placa. São Miguel.

litos graníticos para apoio das muralhas e, naturalmente, para fornecimento de matéria-prima. O seu espaço teria de ser reduzido, facilitando assim a defesa desse reduto.

Na verdade, a tradição tem vindo a colocar a cronologia de edificação do Castelo de Arnoia no tempo de Arnaldo Baião⁷ (cerca de 960-985) ou Moninho Viegas (972-1002), que certos cronicões ligam ao mosteiro de São João do Ermo (Celorico de Basto)⁸. De facto, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a localização e importância deste Castelo de Arnoia deve ser entendida na sua relação com o muito próximo mosteiro beneditino, atualmente designado por São João de Arnoia, de que restam poucos vestígios românicos. Embora a sua igreja seja um edifício construído entre os séculos XVII e XVIII, está ainda profundamente presa ao antigo edifício românico ao nível da sua planimetria. Conservam-se diversos elementos da primitiva estrutura românica: potentes contrafortes e parcelas de frisos enxaquetados ainda pontuam os paramentos exteriores, particularmente visíveis no lado norte. Além disso merece ser aqui referido um tímpano românico esculpido com *Agnus Dei*, da escola de Rates, e uma placa com a figura de São Miguel, armado de escudo, atacando a serpente, calcando-a e cravando-a com lança. Além destes elementos, subsiste neste mosteiro a tampa epigrafada do sarcófago onde Moninho Moniz foi deitado. Colocado no claustro do mosteiro, esta tampa repousa sobre um túmulo que não lhe pertence originariamente⁹.

Talvez Moninho ou Múnio Muniz, falecido na “Era de 1290” (ou seja, em 1252) e seguramente um elemento ligado à família patronal do mosteiro de Arnoia, seja o mesmo Moninho “Dolo” [De Olo]¹⁰, em cuja descendência transitará a alcaidaria do Castelo de Celorico.

153



Mosteiro de Arnoia (Celorico de Basto).



Mosteiro de Arnoia (Celorico de Basto). Igreja. Nave. Tímpano.
Agnus Dei.

⁷ Arnaldo de Baião, assim designado por ter seu assento naquela terra, ou Arnaldo Eris, é, segundo A. de Almeida Fernandes (1946: 30 e ss), o fundador da linhagem dos Baiões, de quem descende Egas Moniz, o aio. A relação de D. Arnaldo com a terra nasceu pela semelhança de “Arnaldo” com “Arnoia”, embora é possível que houvesse relação por vida do mosteiro de São João do Ermo (Celorico de Basto). Pela referência que dele faz Felgueiras Gaio (1938-1941: 32), dizendo-o do mesmo período dos reis leoneses Sancho, o Gordo, e Ramiro, conjecturamos que vivesse no período de 960-985, cronologia que o citado A. de Almeida Fernandes estende até finais do século X.

⁸ Não concordamos com a opinião de C. da Cunha Coutinho (1942: 44) que afirmou, em 1940, que as ruínas remanescentes do Castelo de Arnoia correspondiam ao castelo assinalado no documento de 1064.

⁹ Na sua epígrafe leu Mário Barroca (2000: 862-867): D(omnus) MUNIUS MUNIS H(ic) • IN S(uo) • ASSISTER(io) •/ FINI : IN : Era : M^o : CC^o : 2^o XXXX^o.

¹⁰ Assim o assevera A. de Almeida Fernandes. A filha de Múnio Dolo, Teresa, apelidava-se Moniz e é, como veremos, na sua descendência que, no século XIV, vamos encontrar a alcaidaria do Castelo (Correia et al., 1936-1960: 405).

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

Atendendo aos elementos remanescentes neste testemunho da arquitetura militar medieval em “terras de Basto”, estamos seguramente diante de uma construção posterior àquela que Arnaldo Baião ou Moninho Viegas hipoteticamente poderiam ter edificado na transição do século X para o século XI e que aproveitou, no entanto, as fundações desse castelo roqueiro, conforme comprova o aparelho da base da torre e da muralha, de talhe mais irregular. Sondagens arqueológicas¹¹ identificaram que o período de ocupação mais antigo do recinto amuralhado de Arnoia corresponde a um momento de transição entre a Alta e a Plena Idade Média, em momentos anteriores à edificação da torre de menagem, ou seja, num período anterior ao século XII (Perennia Monumenta, 2002: 23, 27). A abertura de áreas de sondagem no espaço interior do Castelo permitiu detetar estruturas não visíveis à superfície, mormente alicerces de muros que documentam dois momentos construtivos na muralha¹² e da ocupação do espaço interior, bem como pavimentos. Atestou-se ainda a existência de algumas perturbações estratigráficas posteriores ao abandono do Castelo¹³.

De facto, conforme esclarece Mário Barroca, “os castelos roqueiros desconheciam a Torre de Menagem, uma inovação que apenas seria introduzida com o castelo românico a partir dos meados do século XII, e deviam ignorar igualmente os cubelos¹⁴, fruto de uma engenharia militar mais desenvolvida e especializada” (Barroca, 1990-1991: 91).

154



Pormenor do aparelho da base da torre e da muralha contígua.

11 Realizadas pelo IGESPAR no inverno de 2002. A equipa foi liderada por Francisco Manuel Veleda Reimão Queiroga.

12 Com base na análise estratigráfica foram identificados dois grandes momentos construtivos: o primeiro correspondendo ao muro orientado no sentido este-oeste e o segundo relativo ao torreão norte (Perennia Monumenta, 2002: 16-17).

13 IGESPAR – Castelo de Arnoia/Castelo dos Mouros/Castelo de Moreira [Em linha]. *Portal do Arqueólogo*. Lisboa: IGESPAR, [s.d.]. [Consult. 19 de maio de 2012]. Disponível em [www: <URL: http://arqueologia.igespar.pt>](http://arqueologia.igespar.pt).

14 Entende-se por cubelo um torreão em forma de cubo ou torre medieval inserida na primeira cintura de muralhas (Silva e Calado, 2005: 119).





Vista de norte.

De acordo com os dados recolhidos na escavação arqueológica realizada em 2002, o segundo momento de ocupação do Castelo de Arnoia reporta-se aos séculos XII-XIII. Há, pois, uma concordância cronológica entre os dados exarados destas escavações arqueológicas e os elementos arquitetónicos remanescentes.

Uma primeira observação desta estrutura militar evidencia-nos logo a existência de dois elementos, a que se acrescentam uns quantos mais, que a caracterizam: a muralha e a torre de menagem. No alto do cabeço montanhoso, a muralha desenha uma planta em forma de escudo triangular. A aparência poligonal que muitos autores lhe atribuem deve-se à implantação do cubelo no ângulo criado pelos panos das muralhas norte e este. Atente-se à significativa largura do adarve. Não nos podemos esquecer que o castelo românico tem associado a si o conceito de defesa passiva e uma filosofia: evitar que o inimigo chegue à base dos seus muros. Não confiando nas suas capacidades, apoia-se na sua espessura e na sua altura, uma vez que a sua estrutura não possuía muitas soluções que permitissem um ataque eficiente em caso de cerco. Daí a importância dada às condições de defesa do local, de preferência dotado de encostas íngremes, muitas vezes acentuadas por desaterros artificiais feitos para evitar que o inimigo colocasse engenhos na sua envolvência, e de que Arnoia constitui um notável exemplo. Em 1758 valorizou-se a localização deste Castelo, “no cume de hum monte que quanto tem de breve o tem de impinado. Por todos os lados tudo é penedia o fundamento desta fabrica” (Ribeiro, 1758 *apud* Lopes, 2005).

É, pois, nos castelos-cabeças-de-terra que se vão concentrar os principais esforços da arquitetura militar da região. A presença de uma torre de menagem e de um torreão em Arnoia são



Porta.

disso um testemunho elucidativo. Conforme nos explica Mário Barroca, os torreões permitiam a prática do tiro flanqueado – isto é, tiro que corria paralelo à linha de muralha, fundamental para uma defesa eficaz da base dos muros (Barroca, 2003: 109). Adossados às muralhas pelo lado exterior, tinham a vantagem de servir de contrafortes nas zonas onde os panos de muralha eram demasiado extensos, contribuindo para a sua estabilidade e, simultaneamente, para quebrar os panos de muralha contínuos, facilitando uma maior vigilância. Se a tendência foi para irem aumentando de número ao longo dos séculos XII e XIII, nos primeiros tempos surgem em pequeno número, sendo que, como no caso de Arnoia, poderiam restringir-se a um só.

Acede-se ao interior por uma porta com lintel, formado por aduelas e rasgada no pano sul, junto da torre de menagem. A multiplicação de aberturas vulnerabilizava o castelo românico. A ela alude Francisco Craesbeeck, embora acrescente que em 1726 era também possível aceder ao recinto amuralhado pelo lado norte, “por huma barbacam já baixa e arruinada” (Craesbeeck, 1992: 324). Cremos que existe aqui uma confusão terminológica no discurso deste autor setecentista que, ao invés de se querer referir a uma barbacã propriamente dita¹⁵, estaria seguramente a falar do torreão quadrangular, não atentando ao facto de que este elemento tem, geralmente, a altura do adarve.

Confrontante com este, no lado sul, a torre de menagem adossa-se ao pano de muralha. Enquanto último reduto de defesa, é mais comum vê-la isenta no terreiro do castelo, no entanto, existem outros exemplos que, tal como em Arnoia, edificaram a sua torre de menagem junto dos panos de muralha: Lindoso (Ponte da Barca), Montalegre, Lanhoso (Póvoa de Lanhoso), Vilar Maior (Sabugal), Sabugal ou Amieira (Nisa) são alguns deles (Barroca, 2003: 119).

157



Torre de menagem. Vista aérea.

¹⁵ Atente-se à definição de “barbacã” proposta por Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado (2005: 54): “1. núcleo de defesa avançado, estabelecido fora das fortificações, mais baixo, para proteger um ponto importante (por ex.: para cobrir uma porta de cidade, uma cabeça de ponte). 2. Muro que se construía por fora das muralhas e mais baixo que elas”.

Devemos à ordem do Templo a introdução no nosso território deste elemento definidor do castelo românico, cujo exemplar mais antigo entre nós se encontra no castelo de Tomar (ed. 1160). É a grande novidade que o castelo românico vai introduzir entre nós. Documentada no primeiro quartel do século XII, foi, no entanto, na segunda metade deste século e ao longo do seguinte que esta ordem militar, mas também a dos Hospitalários, a de Avis ou a de Santiago de Espada, foram contempladas com amplas doações régias, testemunho indireto do facto de elas serem, na sua época, as organizações detentoras dos mais avançados conhecimentos militares, quer na arte de fazer a guerra, quer na arte de erguer fortificações (Barroca, 1996-1997: 171). É, pois, ao longo das décadas de sessenta e setenta do século XII que se regista a maior e principal atividade construtiva dos Cavaleiros do Templo.

Sabendo nós que as torres de menagem mais antigas estão associadas aos Templários, edificadas ao longo da segunda metade do século XII¹⁶, talvez só em finais desse século, se não já no seguinte, seria viável a sua edificação noutras fortificações, entretanto em remodelação. A assimilação do seu *modus aedificandi* e a circulação de mestres-pedreiros aptos à sua construção levariam a técnica construtiva deste elemento da arquitetura militar a localidades mais distantes do raio de ação dos Templários que, como se sabe, tinham na linha do Mondego um dos seus principais baluartes.

Assim sendo, a torre de menagem de Arnoia surge hoje altaneira e ameadada¹⁷, aspeto que lhe advém das intervenções do século XX, como veremos. Fechada sobre si própria, é rasgada, de espaço a espaço, por estreitas frestas, ao modo de seteiras. A entrada abre-se a norte, em posição elevada, coincidindo a sua soleira com a altura do adarve. O acesso às torres de menagem era sempre feito por intermédio de uma escada móvel de madeira que, em caso de perigo, podia ser retirada a partir do interior da construção, isolando-a. A sua presença indicia-nos que, mais do que ter como principal função a defesa da população local, destinou-se este Castelo a acolher uma pequena guarnição. Dele se conhecem diversos alcaides.

Ao que pudemos apurar, o Castelo de Arnoia, enquanto cabeça-de-terra, teve um papel marcante na vivência do território, conforme o demonstram as várias Inquirições. Em 1220 referem-se os encargos de certos casais de Caçarilhe e Carvalho (Celorico de Basto) que deviam contribuir para a fábrica do Castelo com trabalhos de carpintaria e abastecimento de lenhas (Lopes, 2008). Em 1258 acrescenta-se a obrigação imputada a dois casais que a Igreja de Fervença (Celorico de Basto) detinha em Agilde (Celorico de Basto): a de ir ao Castelo de Arnoia levar cal (Lopes, 2008: 126 e ss). A maior parte destas obrigações ainda se cumpria no reinado de D. Afonso IV.

As referências diretas à estrutura fortificada e ao burgo abrigado no sopé são, porém, muito escassas e passam por tributos e obrigações dos casais no compasso de Arnoia. Nas *Inquirições de 1251* é referida a existência de quatro casais reguengos na vila do Castelo; os moradores de

¹⁶ Além de Tomar (1160), refiram-se os exemplos de Pombal (1171), Almourol (1171, Vila Nova da Barquinha), Penas Róias (1172, Mogadouro) ou Longroiva (1174, Meda), obras documentadas por epígrafes.

¹⁷ Conforme elucida o relatório arqueológico feito em 2002, esta torre é formada por silhares aparelhados, de secção longitudinal tendencialmente retangular. Os silhares assentam a seco e a parede norte apoia-se sobre um alicerce de calhaus graníticos de forma paralelepípedica, ainda que irregulares, de grandes dimensões, formando esse alicerce dois ressalto, cada um deles correspondente a uma fiada. Os espaços livres entre as pedras do alicerce são preenchidos por terra, não se evidenciando vestígios de argamassas de ligação (Perennia Monumenta, 2002: 19).

alguns casais dos lugares de Carcavelos e Ferreirós iam ao Castelo (decerto participar na sua manutenção)¹⁸; três casais de Cerqueda e um de Felorca, Pedro Chelo e Sequeiros deveriam guardar os presos, outros, os casais de Mendo Mendes e Mendo Nunes, estavam obrigados a ir ao Castelo, à introviscada (imposto sobre o pescado) e à cal (Lopes, 2008: 116 e ss).

O *Livro velho de linhagens* de D. Pedro conta-nos o feito lendário de Martim Vasques da Cunha e que está ligado a este Castelo de Arnoia (Herculano, 1861: 358 e ss). Ao que se sabe, teria este alcaide tomado o partido de D. Brites (n. 1242-1303), que queria auxiliar seu pai, Afonso X de Leão e Castela (r. 1252-1284), e a quem seu marido, D. Afonso III (r. 1248-1279) tinha dado, como arras, entre outras, as terras de Basto (Azeredo, 1978). No sentido de se libertar da “preitezia e menagem que devia ao rei”, foi aconselhado a guarnecer o Castelo com tudo o que fosse necessário para a sua defesa: armas, pedras, mantimentos, animais, etc. Tendo mandado sair toda a guarnição, ficara sozinho no interior do Castelo, tendo pegado fogo a uma das suas casas para que este se visse bem a partir de locais distantes. Saindo do Castelo por meio de uma corda, terá percorrido a cavalo as freguesias próximas apelando ao socorro do Castelo que assim se perderia. Ainda em pleno século XX se acreditava que era neste incêndio que tinha origem o caráter abandonado e arruinado do Castelo de Arnoia (Brito, 1931).

Libertado assim, o rei D. Dinis terá arrendado por 210 morabitinos a “Matino Iohanis” as terras de “Celorico de Basto tam prestimonium de ipso Castelo (...)”, a 9 de setembro de 1282 (Brito, 1931). Dois anos depois, o mesmo monarca outorgou aos habitantes de Celorico os benefícios régios pertencentes ao Castelo.

Embora sem querermos elaborar uma lista rigorosa dos alcaides, estão documentados vários nomes entre os reinados de D. Afonso III e D. Manuel I (r. 1495-1521). Já referimos Martim Vasques da Cunha (século XIII), o da boa façanha, Gonçalo Gomes da Mota e Vasco Mendes da Mota (século XIV) e Gil Vasques da Cunha (Coutinho, 1942: 48) e Pedro de Andrade Caminha (n. 1520), poeta (Vitorino, 1909: 317). Durante a Idade Média, a alcaidaria andou pela mão dos Baiões e Motas de Gundar, dando assim expressão à tradição que afirma ter sido fundador ou “primeiro” alcaide o já referido Arnaldo Eris¹⁹.

Deve ser ainda assinalada a existência de uma cisterna no pátio amuralhado, elemento fundamental para a guerra de cerco, pois destina-se à conservação de águas pluviais ao nível subterrâneo. Entre nós, um dos mais antigos exemplos conhecidos encontra-se no castelo de São Martinho de Mouros (Resende), estrutura reconquistada em 1058.



Cisterna.

¹⁸ Outros casais de freguesias vizinhas são obrigados a este trabalho e outros como o “apelido” ou “chamado” (Lopes, 2008: 42).

¹⁹ Martim Vasques da Cunha era descendente, por via materna, dos Portocarreiros, cujo antepassado era Arnaldo de Baião.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

A terceira fase de ocupação do Castelo de Arnoia terá decorrido durante o período moderno, muito embora seja logo no início desta época que começa o seu progressivo abandono. Crê-se que corresponderão a esta época os dados arqueológicos datáveis dos séculos XIV a XVI e que apontam para a existência de um edifício de habitação e de uma oficina no interior do espaço muralhado²⁰.

Ao que sabemos, embora, em 1726, Francisco Craesbeeck aluda ao estado arruinado do torreão, o certo é que este autor nos informa que tem este Castelo “huma torre levantada, coroada de ameias” (Craesbeeck, 1992: 324). Volvidos 32 anos, o panorama parece ser já um pouco diferente. Inquirido sobre os danos causados pelo terramoto de 1755 na freguesia de Arnoia, o vigário João Alves Ribeiro deu uma atenção particular ao Castelo de Arnoia, atestando a sua importância para a freguesia (Ribeiro, 1758 *apud* Lopes, 2005: 84-85). Considerando-o anterior à “fundação de Hespânia”, o vigário oferece-nos uma pormenorizada descrição do Castelo, contando que lhe disseram que “na ocasião do Terremoto de 1755 se movia a torre como se fosse huma mimosa varinha do campo”. Não encontrando qualquer efeito “ruinoso” causado pelo “impertinente Terremoto” na referida torre, João Alves Ribeiro assinala-lhe alguns vestígios de ruína: além de lhe faltarem algumas ameias, identifica-se uma abertura sobre a porta, “muito subtil”, cuja causa foi “hum raio que nella cahio”. A cisterna estava entulhada com pedras e a muralha, que apenas se conservava no lado norte e ocidental, apresentava então vários níveis de conservação: nalguns trechos estava arruinada até aos alicerces, noutros a ameaçar ruína e noutros já em mau estado. Pelo que se pode depreender, aquilo que o vigário encontrou, em 1758, em Arnoia é mais o resultado de um paulatino abandono que se foi operando ao longo da Época Moderna, do que propriamente uma consequência do Grande Sismo.

²⁰ Encontrou-se aqui uma quantidade significativa de escória de fundição de ferro, o que poderá confirmar a presença da referida oficina de fundição. Além disso, descobriu-se no mesmo espaço um conjunto de moedas datado de períodos que variam entre 1433 e 1557, comprovando assim uma intensa atividade humana (Perennia Monumenta, 2002: 24).

A Vila do Castelo

As vulgares monografias municipais, amiúde redigidas por investigadores locais, são em parte herdeiras do pensamento etnocêntrico e laudatório que marcaram os memorialismos humanistas e iluministas. Os primeiros, de que é exemplo João de Barros, buscavam afincadamente nos vestígios romanos um glorioso passado clássico, sugerindo para pequenas e por vezes inexpressivas povoações a origem romana a partir do seu topónimo. Os memorialistas de seiscentos e setecentos, conquanto nem sempre fundamentassem a origem de grande parte dos topónimos e ruínas no período romano, não deixavam de oferecer os exemplos das narrativas populares como prova de um passado marcado por vagas de povos “superiores”: os mouros, os godos ou, menos frequentemente, os próprios gregos, a quem se imputou a fundação de várias localidades.

Muitas vezes o monógrafo ou memorialista estabelecia ligações diretas e de continuidade entre o período da Romanização, saltando sobre milénios de avanços e recuos da humanização e, sobretudo, sobre profundas transformações da paisagem derivada da mudança de necessidades e da capacidade de intervenção dos habitantes nela implantados. Frequentemente fazia nascer *ex-nihilo* uma povoação com base em escassos vestígios arqueológicos ou através da grafia/fonética que pudesse sugerir a sua origem romana, como já referimos, formatando o território atual para caber no modelo de administração da civilização do Lácio. Mais: associando frequentemente vestígios pré e proto-históricos ou romanos a espaços hoje ocupados por templos cristãos, formularam teorias sobre o sincretismo cultural, esquecendo-se que a permanência de espaços sagrados não tem, na maioria dos casos, relação com uma potencial sobrevivência e transmutação dos deuses aí venerados, mas com a necessidade de (qualquer que seja a entidade) assegurar, através dela, a devida proteção às comunidades que a veneram. Por outro lado, se as populações permaneceram ou regressaram à proximidade dos espaços sacralizados, é natural que prosseguisse o seu uso, independentemente da capacidade intercessora das divindades antes cultuadas²¹.

161



Castelo e aldeia. Vista aérea.

²¹ Até por uma questão de reaproveitamento de materiais, situação que os teóricos da continuidade consideraram sinal de sincretismo, mas que expressava afinal a necessidade de lançar mão daquele acervo arqueológico disperso, constituído frequentemente por silhares, colunas ou arcos perfeitamente aproveitáveis na nova construção. Sobre estes aspetos veja-se Resende (2011).

A propósito das origens de Celorico, a sua relação com o Castelo de Arnoia, as terras de Basto e a “classificação” das suas origens, não podemos deixar de referir a discussão em torno da localização de “Celiobriga” e da representação do próprio Basto, comum a outras figuras mitológicas catalisadoras²². Por um lado, realçar que em torno das fortificações e de heróis (soldados ou santos) criou a História eixos de permanência e unidade que são, como nestes casos, símbolos poderosíssimos; e, por outro, assinalar que esta necessidade de encontrar um passado glorioso e ideal muitas vezes deturpou – através de anacronismos e outras falácias – a fiel evolução do espaço. Nem sempre esta imagem ou passado ideal correspondia à realidade.

Aos pés do Castelo de Arnoia foi surgindo uma povoação cuja origem encontramos num ramal de ligação entre as estradas da Lixa (Felgueiras) e Amarante ao Arco de Baúlhe (Cabeceiras de Basto)²³. Esta posição, afastada dos principais canais de circulação situados quer ao longo da linha do Tâmega, quer contornando a serra da Cabreira, pode confirmar o significado meramente estratégico da fortificação de Arnoia, vigilante numa fronteira imaginária e efêmera. Pacificado o território, o Castelo revestiu-se do papel de marco numa geografia em reorganização.

No sopé do outeiro fortificado formou-se, portanto, um pequeno burgo, disposto unilinearmente ao longo do caminho. De um lado e de outro da artéria criou-se, ao longo da Idade Média, o tecido urbano que complementou a humanização entre o cerro fortificado e o vale de passagem e fixação. Povoação pequena, contudo, como testemunha a descrição do arrolamento de 1527:

“Esta terra de Celoryquo de Basto he muy fragossa e de montanhas he senhor della Pero da Cunha Coutinho e tem ssobre hum monte allto o castello que chama de Çeloryquo e vyvem nelle o allcaide pequeno e o pe dois moradores (...)” (Freire, 1905).

Os dois moradores ou fogos corresponderiam a cerca de 10 habitantes distribuídos entre o lugar da Corredoura e o sítio da Feira. Aqui esteve a cabeça do concelho até à transição de 1716 para 1717, como especifica frei Manuel da Conceição, vigário de Arnoia, que acrescenta: “ainda hoje [1758] se estão vendo desta singular idade is vistijios como he hua cadea velha, bastante arruinada e ameassando ruina em suas paredes, e em madeiramentos”. O símbolo maior da autonomia municipal, o pelourinho, encontrava-se praticamente destruído, “e as pedras por terra quebradas”. Fora, porém, erguido no meio da rua, como convinha a instrumento de castigo e escárnio. Não obstante o abandono do local pelos poderes, continuava a realizar-se aqui uma feira, franca, ao dia 25 de cada mês (Ribeiro, 1758 *apud* Lopes, 2005: 85).



Aldeia do Castelo (Celorico de Basto). Pelourinho.

22 Jerónimo Contador de Argote (1732: 317-318) é um dos primeiros memorialistas a associar “Celiobriga” a Celorico.

23 Esta estrada é já referida em 1251, nas inquirições mandadas tirar por D. Afonso III (Lopes, 2005: 129).



Aldeia do Castelo (Celorico de Basto). Antiga casa da botica.

Regressando ao século XVI, sabemos que, entre 1571 e 1576, aqui se faziam as audiências, cuja casa voltava para a rua Direita (eixo principal da povoação). Pelos tombos mandados executar pela Coroa²⁴, conhecemos a dimensão e aspetos de algumas das casas que existiam ao longo desta artéria, a maioria constituída pelo edifício habitacional e anexos agrícolas. Entre eles, exidos, quinteiros e hortas que complementavam a subsistência dos seus moradores. Tomemos como exemplo o casal ao pé do Castelo, que fora de Álvaro Anes. Compunha-se este de:

“hua casa que serve de cozinha mea sobradada e mea colmaça terea tem sete varas de comprido e quatro de larguo com hum quinteiro diamte da porta açima destas casas outra tem oyto varas de comprido e cimquo de larguo e hum quinteyro e casa de gado aho lomguo da estrada e hua eyra com hua orta”.

Mais adiante refere-se:

“Hua casa na Rua dereyta defromte da casa daundiemçia e serve de cozinha colmaça terrea tem nove varas de comprido e quatro de larguo e tres que servem de gado e hum pardyeiro jumto deste que serve de gado com seu quinteyro e hua orta jumto a estas casas e dita casa do çelleyro”.

²⁴ ANTT – *Feitos da Coroa*. Núcleo Antigo, n.º 247, fls. 618-638.

A leitura deste tipo de fonte permite-nos colher, ainda que esparsas e sumárias, informações relevantes sobre indivíduos e atividades. As referências sugerem a existência de um pequeno aglomerado cujos habitantes se dedicavam a ofícios mecânicos ligados ao comércio: Cristóvão Macedo, “vendeiro”; Francisco Gonçalves, “barraqueiro”; Pero Gonçalves, “sapateiro” e mais adiante o campo do “peliteiro” – o que indica lugar de tratamento e talvez venda de peles e curtumes. A indicação de estábulos e estrebarias completa a descrição sobre as atividades dos habitantes da vila do Castelo que, por ser local de passagem, propiciava uma pausa no percurso e a venda. De resto, os documentos falam na rua pública que seria a rua Direita, continuação, certamente, das estradas que vinham de Amarante e da Cabreira. Aqui se concentrava e cruzava o trânsito humano e comercial entre o Minho e o Tâmega, sobretudo em dias de feira²⁵.

A descrição mais elaborada que possuímos sobre a vila do Castelo é, porém, a que deixou em forma de letra Francisco Craesbeeck cerca de 10 anos depois da transferência das governanças locais para o incomum lugar do Freixieiro. Efetivamente, a alteração reveste-se de razões semelhantes às que ocasionaram o nascimento do burgo medieval situado aos pés do Castelo. A importância da via paralela ao rio Tâmega (proveniente de Amarante) e o facto de Freixieiro se encontrar quase no cruzamento com a estrada para Mondim selaram o destino da antiga e abriram o da nova povoação: esta singrou e é hoje a sede do município.

Francisco Craesbeeck, como qualquer memorialista do século XVIII, procurava as riquezas e honras da terra: ruínas antigas e homens ilustres. Encontrou-os no lugarejo do Castelo, mas com pouca glória: “não consta que foce grande a povoação desta villa, por estarem em seo ditrito muito espalhados os seus habitantes” (Craesbeeck, 1992: 323). Todavia, salientou conservar-se o pelourinho, a casa da câmara e a cadeia que foi “feita no anno de 1586, sendo corregedor desta comarca o Doutor João Gil de Abreu Castelo-Branco”²⁶. Depois, o memorialista disserta sobre a origem e senhorio da terra, voltando às questões político-administrativas de que a vila do Castelo fora centro até ao século XVIII.

Segundo o autor, D. Manuel I concedera foral ao burgo e termo a 29 de março de 1520. E aquando da visita de Francisco Craesbeeck o município tinha então dois juízes, “hum da parte de cima do castello e outro da parte de baixo”. A figura do juiz de fora só viria a ser criada mais tarde (1713), talvez para resolver as incongruências entre os poderes do Castelo e os do município, como noutros casos. Tinha a câmara três vereadores e um procurador, tudo por eleição, e ainda um escrivão da câmara, um juiz dos órfãos com dois escrivães, um escrivão das sisas, sete tabeliães e escrivães do público e judicial, um inquiridor, contador e distribuidor e, finalmente, o alcaide que servia de carcereiro. Todos os ofícios pertenciam ao senhor da terra, exceto o das sisas que punha a Coroa. Nota curiosa a que oferece, ainda, Francisco Craesbeeck sobre outro povoado unilinear: “em o lugar da Lixa, que he o mais povoado, que tem esta villa, e a metade lhe pertence e a outra metade ao concelho de Felgueiras, por estar feito em huma rua muito comprida, com 400 moradores (...)” (Craesbeeck, 1992: 326-327).

25 *Idem*, *ibid.*

26 A cremos na descrição do memorialista terá, então, sido entre 1726 e 1758 que se derrubou o pelourinho (Craesbeeck, 1992: 323).

O cronista (despindo já o papel de historiador, pois presenciou este acontecimento) descreve e analisa as razões da mudança da cabeça de concelho. Diz que a casa da câmara se foi arruinando e que os juizes de fora (figura existente desde 1713) não tinham casa com as devidas comodidades para residirem no burgo do Castelo. E acrescenta: “e depois de varias deligencias e das vidas, que se moverão entre os moradores da parte de cima do castello e os da parte de baixo, se assentou ficar quase no meio do concelho o lugar do Freixieiro, na freguesia de São Pedro de Britello, por ser tambem o citio ameno e o valle aprasivel” (Craesbeeck, 1992: 328). Francisco Craesbeeck descreve ainda o ritmo da urbanização, referindo a construção dos novos paços do concelho e as casas para os juizes de fora assistirem²⁷. Esta transferência é um caso cronologicamente extemporâneo, porque anterior às profundas alterações administrativas dos governos liberais do século XIX, que tentaram, a esquadro e teodolito, a criação de municípios, aglomerando velhas sedes de concelho e criando novos locais decisórios onde outrora praticamente não existiam grandes aglomerados²⁸.

Não obstante esta alteração, que ocasionou a morte lenta do lugarejo do Castelo, permaneceu sempre o lugar como símbolo de antigas e importantes liberdades autonómicas e prerrogativas locais, de que a fortaleza constituía notável perfil.



Vista parcial da vila de Celorico de Basto, no lugar do Freixieiro, Britello.

²⁷ A lista dos juizes até 1725 é elencada por Francisco Craesbeeck (1992: 329).

²⁸ No caso da vila do Castelo, contribuiu para a sua extinção, enquanto lugar axial, o facto de não albergar nos seus termos a igreja paroquial, que se localizava em sítio remoto, no Ermo.

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Em 1909, o Castelo de Arnoia tinha evidentes sinais de “demolição recente”, apontados por Pedro Vitorino: a cisterna estava obstruída e, esparsas, as aduelas da cobertura encontravam-se no seu interior. Na silharia identificavam-se rombos e múltiplas deslocações. A torre de menagem reduzia-se às suas paredes. Das suas ameias, “de contorno arredondado com uma perfuração”, apenas restava um par (Vitorino, 1909: 316).

Ao que se sabe, no ano seguinte, por sugestão do então governador civil de Braga, que visitara o Castelo de Arnoia, foi este dotado com uma nova porta. Até à década de 30 “foi o único melhoramento que recebeu” (Brito, 1931).

Humberto Beça denuncia, precisamente no ano em que viria a morrer, o estado de quase abandono em que se encontrava então o Castelo de Arnoia: a torre de menagem apresentava uma fenda resultante de uma descarga elétrica, o pano norte da muralha tinha um buraco “por onde cabe um homem, [e se] uma das pedras que aguenta a silharia superior, cair, a muralha vem toda a baixo” (Beça, 1923: 21). Num discurso ainda imbuído dos valores românticos de nacionalismo, lamenta o facto de não haver “um gesto de decidida boa-vontade, de lídimo patriotismo, de santo amor pela sua terra, pela sua história, de orgulho pelo seu passado, lhe lance a escora misericordiosa que o aguenta mais algum tempo no tópo do seu altaneiro cabeça” (Beça, 1923: 21).

Foi, pois, na década de 1930, “a bem do património artístico da Nação”, que começaram as devidas diligências com vista à classificação deste monumento da arquitetura militar medieval portuguesa²⁹.

Todavia, foi só na década em que se comemoraram os Duplos Centenários (da Nacionalidade e da Restauração da Independência) que tal classificação se efetivou. Nesse ano de 1940 era o Castelo um acervo de ruínas e a sua torre de menagem, além da já referida cicatriz, fruto de um raio, mostrava-se altaneira e “já só com três ameias!” (Coutinho, 1942: 43).

No que à conservação concerne, a informação relativa à destruição de vários rochedos para brita nas proximidades do Castelo de Arnoia acelerou o processo³⁰ por se considerar que iria “alterar o aspecto rude do morro e consequentemente todo o conjunto e o ambiente do Castelo”. Confirmando-se que a classificação deste monumento ainda não estava decretada, verificou-se que a zona de proteção apenas estaria protegida após a sua concretização, conforme as disposições do Decreto n.º 20.985, de 7 de março de 1932.

Correndo o ano de 1944, nota-se uma real preocupação em apurar do estado de conservação do Castelo e da sua envolvente, alegando que a sua classificação como Monumento Nacional se baseia nas mesmas considerações que originaram a classificação dos castelos de Lindoso, Montalegre ou da Póvoa de Lanhoso. É neste sentido que devemos entender porque é que, a páginas tantas, se questiona se o Castelo de Arnoia deveria ser alvo de uma classificação autónoma, mas como Imóvel de Interesse Público, ou se faria mais sentido considerá-lo abrangido “pelo

29 Ofício n.º 1942 de 4 de maio de 1933 [SIPA.TXT.01026974] PT DGEMN:DSARH-010/075-0004. Idem.

30 Veja-se a documentação relativa ao processo de classificação do Castelo de Arnoia em PT DGEMN:DSARH-010/075-0002. Idem. Por uma questão de economia de espaço, optámos, neste caso, por referenciar o processo e não cada documento, como temos vindo a fazer, dada a extensão do processo em causa.



Vista parcial da muralha antes das intervenções da DGEMN. Fonte: arquivo IHRU.



Obras de consolidação e restauro da torre (1963). Fonte: arquivo IHRU.

despacho de S. Ex^a. o Sub-Secretário de Estado da Educação Nacional, de 22 de Dezembro de 1943, em que se determina que todos os Castelos, Tõrres, Murallas, Portas, Fortalezas e Trechos dos mesmos que constituem ao longo das fronteiras e no interior do País e das Ilhas a mais impressionante rede de Memoriais de vida heroica e histórica, não classificados, o sejam por uma só vez”. Valorizando-se a sua muralha de silharia, a torre em parte ameaçada e o seu domínio sobre extensos horizontes, considerou-se a inclusão do Castelo de Arnoia no despacho de 1943. Dando resposta a esta decisão, em 1946, foi finalmente publicada a sua classificação³¹.

Começa então uma nova odisséia: o apelo à realização de obras por parte das entidades locais e, em particular, da Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão³². É por demais sublinhado o seu estado de ruína e de abandono, o facto de este Castelo (ou o que dele resta) servir já de pedreira para construções particulares, além de existir um eminente perigo de desmoronamento. Embora a partir de 1947 os serviços competentes considerem urgente a realização de obras de reintegração dentro da sua feição primitiva – a título de exemplo, a intervenção na torre incluiria o “restauro do adarve com o parapeito e o ameado respectivo” –, a verdade é que só em inícios da década de 1960 se tornou possível a sua concretização, em parte, pois só então se obteve a necessária dotação, não obstante as sucessivas inclusões nos Planos de Obras anuais da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Na primeira metade desta década, a continuação dos trabalhos em Arnoia só acabou por ser possível por se ter desviado uma parte da verba do mosteiro dos Jerónimos (Lisboa) para a rubrica “Castelos e Monumentos Nacionais”. Em 1963 prosseguiram as obras de consolidação e restauro da torre.

Assim, seguindo a filosofia acima referida, a da reintegração no seu estado primitivo, vemos a torre de menagem de Arnoia ser totalmente reconstruída ao nível do seu último piso, o que inclui o já mencionado coroamento ameaçado e que ainda persistia em parte. Já ao nível da muralha não se optou por uma reintegração desta natureza. Não nos podemos esquecer que por esta época os serviços da DGEMN implementavam uma nova filosofia de intervenção, mais ligada à conservação do que propriamente ao restauro³³. Além disso, estaria ainda certamente muito presente a forte crítica encetada no final dos anos quarenta e que ajuizava esta instituição, comparando a colocação das ameias nos panos de muralha dos castelos “com a dentadura a pivot” (Mendes, 1949)³⁴. Retirou-se a vegetação que residia no interior do Castelo, desobstruiu-se a cisterna e colocou-se uma porta de madeira na sua entrada³⁵.



Pátio antes das intervenções da DGEMN.
Fonte: arquivo IHRU.

31 DECRETO n.º 35 532. D.G. I Série. 55 (46-03-15) 160.

32 Veja-se a nota 30.

33 Sobre o assunto veja-se Botelho (2006: 183 e ss).

34 Esta comparação, feita por um membro da comissão central dos serviços da Candidatura da Oposição, num comício, no Porto, de apoio ao general Norton de Matos, pretendia responder ao intuito propagandista do regime, materializado nas Exposições dos 15 anos de Obras Públicas, realizadas em Lisboa, em 1948, e no Porto, no ano seguinte. Às censuras do Ministro das Obras Públicas retorquiu, de novo, a oposição com um extenso artigo no *República*, onde se acusa o Estado de despender largas somas num projeto “improvisado e por isso mesmo discutível”. Sobre esta questão das “críticas aos preceitos praticados e à situação do património artístico nacional” ver Neto (2001: 258-270).

35 Uma fotografia, datada de 1973, mostra-nos que fora construída uma escada de acesso à porta da torre de menagem, em cantaria e adossada ao seu paramento, assim como uma guarda em torno da cisterna, também em cantaria. Não conseguimos apurar nem quando tal intervenção foi feita, nem quando foi desfeita. As memórias descritivas não são elucidativas quanto a este aspeto.

Na década seguinte encontramos, pois, uma continuidade desta filosofia de conservação. Sentiu-se por então ser necessário dotar a torre de menagem com um para-raios³⁶. Em 1974, fruto de uma descarga elétrica, chegaram mesmo a deslocar-se “alguns elementos, como uma ameia e as ferragens da porta e do alçapão de acesso ao andar superior” da torre de menagem. Todavia, a necessária obra de consolidação da torre (e substituição de peças danificadas) apenas foi contratada três anos mais tarde³⁷. É, também, por esta altura que começam a sentir-se os cuidados na envolvente do Castelo. A identificação precisa da sua Zona de Proteção afigurou-se fundamental à Câmara Municipal de Celorico de Basto³⁸ por pretender, por então, construir um acesso pedestre ao Castelo³⁹. Prestando a DGEMN o devido apoio técnico, aconselhou-se o aproveitamento do “acesso já estabelecido pelo povo que utiliza o castelo, o qual todavia carece de um arranjo adequado dentro das características rústicas locais”⁴⁰.

Além da afetação do monumento ao recém-criado Instituto Português do Património Cultural (IPPC), que a partir de 1985⁴¹ ficou responsabilizado pela sua salvaguarda e valorização⁴², pouco mais podemos acrescentar. Em 1992 a sua tutela transitou para o Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), em 2005 para o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) e, mais recentemente, integrou a Rota do Românico (2010).

Assim sendo, vemos que a partir da viragem do milénio as intervenções no Castelo de Arnoia resultam de parcerias entre as entidades estatais acima nomeadas e a Câmara Municipal de Celorico de Basto. Além da realização de diversas obras de conservação, que incluíram a concretização das já mencionadas sondagens arqueológicas (2002), da melhoria dos acessos pedestres, começou-se a trabalhar, ainda em 2004, na criação de um posto informativo e núcleo cultural sobre o património local⁴³. Primeiramente destinado a ser instalado na casa da botica, optou-se antes pela recuperação de uma antiga escola primária, que assim acolheu o Centro Interpretativo do Castelo de Arnoia. Com vista à melhor integração do Castelo na Rota do Românico, foi realizado um projeto que, numa primeira fase, em 2014, teve como objetivo a requalificação urbana da envolvente do Castelo (CMCB, 2010), voltando a dar uma nova vida àquela que já foi a “Villa de Basto”. [MLB / NR]

Está ainda previsto, numa segunda fase, um projeto de conservação, salvaguarda e valorização geral do imóvel. Os trabalhos incidirão, fundamentalmente, no interior do Castelo, nas muralhas e na torre, bem como no tratamento e pavimentação dos percursos de acesso ao monumento (Costa, 2014). [RR]



Aldeia do Castelo (Celorico de Basto).
Centro Interpretativo do Castelo
de Arnoia – Centro de Informação
da Rota do Românico.

36 Ofício da Direção-Geral dos Assuntos Culturais, 21 de março de 1974 [SIPA.TXT.01026743]. PT DGEMN: DSARH-010/075-0003 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT010305020003].

37 Memória, 9 de maio de 1977 [SIPA.TXT.01027020]. DGEMN:DSARH-010/075-0006. Idem.

38 Ofício n.º 359 da C.M.C.B., 5 de março de 1975 [SIPA.TXT.01026986]. Idem.

39 Ofício n.º 556 da DGEMN de 25 de agosto de 1975 [SIPA.TXT.01026992]. Idem.

40 Idem.

41 Ofício do IPPC de 2 de setembro de 1986 [SIPA.TXT.01027036]. Idem.

42 O IPPC foi criado pelo Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de abril, “como serviço destinado a promover a salvaguarda e a valorização que, pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico, documental, etnográfico ou paisagístico, integrassem o património cultural do País”.

43 Documentação disponível em DGEMN:DREM 2315. Castelo de Arnoia/dos Mouros/de Moreira. IRHU/ Arquivo ex-DGEMN/DREM.

CRONOLOGIA

Século X (2.ª metade): uma tradição assinala a edificação do Castelo de Arnoia;

1064: primeira referência documental relativa à fortificação;

1092: um documento alude às propriedades de Celorico e da terra de Basto;

Séculos XII-XIII: segundo momento de ocupação do Castelo e período de edificação da estrutura românica do Castelo de Arnoia;

1717: a sede de freguesia é transferida da "Villa de Basto" para a freguesia de Britelo;

1726: a Terra de Basto estava então dividida em dois concelhos, o de Celorico e o de Cabeceiras de Basto; a torre de menagem do Castelo de Arnoia ainda se mostrava coroada de ameias;

1758: o Castelo de Arnoia apresentava já alguns vestígios de ruína;

1946: é classificado como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 35532;

1960-1963: período de obras de restauro do Castelo de Arnoia a cargo da DGEMN;

1985: o Castelo de Arnoia passa a estar afeto ao IPPC;

1992: a tutela do Castelo de Arnoia transita para o IPPAR;

2002: foram realizadas sondagens arqueológicas no interior da fortificação;

2004: instalação do Centro Interpretativo do Castelo de Arnoia, numa antiga escola primária;

2005: a afetação do Castelo de Arnoia passa para o IGESPAR;

2010: o Castelo de Arnoia passa a integrar a Rota do Românico;

2014: requalificação da envolvente do Castelo de Arnoia, no âmbito da Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Castelo de Arnóia / Castelo dos Mouros / Castelo de Moreira: vista parcial da muralha* [Material fotográfico]. Celorico de Basto: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001899, FOTO.00047299.

_____ – *Castelo de Arnóia / Castelo dos Mouros / Castelo de Moreira: recinto no interior das muralhas* [Material fotográfico]. Celorico de Basto: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001899, FOTO.00047301.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – Castelos e cercas medievais: séculos X a XIII. In MOREIRA, Rafael – *História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1987.

_____ – Castelos medievais do noroeste de Portugal. In ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando – *Finis Terrae: estudos em lembrança do Prof. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Universidade, 1992.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; LOPES, Carlos Alberto Almeida – Eja, Entre-os-Rios: a civitas e a igreja de S. Miguel. *Portugália*. Vol. 2/3 (1981-1982).

ARGOTE, Jerónimo Contador de – *Memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga...* [S.l.: na Officina de Joseph Antoni da Sylva], 1732.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT) – *Feitos da Coroa*. Núcleo Antigo, n.º 247.

BARROCA, Mário – A ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII. *Portugália*. Vol. 17-18 (1996/1997).

_____ – Armamento medieval português: notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs. In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia – *Catálogo da exposição "Pera guerrejar": armamento medieval no espaço português*. Palmela: Câmara Municipal, 2000.

_____ – Arquitectura militar. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

_____ – Do castelo da reconquista ao castelo românico: séc. IX a XII. *Portugália*. Vol. 11-12 (1990/1991).

_____ – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BEÇA, Humberto – *Os castelos de Entre-Douro e Minho: tese a apresentar ao congresso minhoto, em Braga*. [S.l.]: Tipografia "Minerva", 1923.

BOTELHO, Maria Leonor – *As transformações sofridas pela sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO (CMCB) – *Arranjo da envolvente do castelo de Arnoia: 1.ª fase*. Celorico de Basto: Câmara Municipal de Celorico de Basto, 2010.

_____ – Departamento de Planeamento e Serviços Socioculturais – *Plano director municipal: processo de revisão*. Celorico de Basto: Câmara Municipal de Celorico de Basto, 2011. Volume III – *Carta do património arquitectónico do concelho de Celorico de Basto*. Versão preliminar, s.p. [O concelho de Celorico de Basto – génese e evolução].

CASAL PELAYO, Primo – *A ermida do monte Farinha*. Lisboa: [edição de autor], 1988.

CORREIA, António Mendes [et al.] – Arnóia. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1936-1960]. Vol. 5.

CORREIA, António Mendes [et al.] – Múncio Dolo. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: 1936-1960. Vol. 35.

COSTA, Jorge – *Castelo de Arnóia. Arnóia, Celorico de Basto: conservação, salvaguarda e valorização geral do imó-*

vel: *condições técnicas (caderno de encargos)*. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Direção de Serviços dos Bens Culturais, 2014. Texto policopiado.

COUTINHO, C. da Cunha – O castelo da terra de Basto mais velho que a nacionalidade. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Vol. 5 (1942). Separata.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DECRETO n.º 35 532. *D.G. I Série*. 55 (46-03-15) 160.

DECRETO-LEI n.º 59. *D.R. Série I*. 79 (1980-04-03) 638-642.

FERNANDES, A. de Almeida – *Dom Egas Moniz de Ribadouro: «o honrado e o bem-aventurado»*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1946.

FREIRE, A. Braamcamp – Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. *Arquivo Historico Portuguez*. Vol. 3, n.º 7/8 (1905) 241-273.

GAIO, Felgueiras Manuel José da Costa – *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles/Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.

HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portvgaliae monvmenta historica...: scriptores*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1861. Vol. 1, fasc. 3.

LOPES, Eduardo Teixeira – *A terra de Celorico de Basto na Idade Média: inquirições régias*. [S.l.: edição de autor], 2008.

_____ – *O século XVIII nas freguesias do concelho de Celorico de Basto: memórias paroquiais*. Celorico de Basto: [edição do autor], 2005.

M., J. V. – *Castelo de Arnóia / Castelo dos Mouros / Castelo de Moreira* [Material fotográfico]. Celorico de Basto: [s.n., 1963]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001899, FOTO.00047299.

MENDES, Manuel – Explicações necessárias em resposta ao senhor ministro das obras públicas. *República*. Lisboa. (jan. 1949) 1.º p.

NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2001.

NORTH, C. T. – *Guia dos castelos antigos de Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora, 2002.

PERENNIA MONUMENTA – *Castelo de Arnoia, Celorico de Basto: relatório de trabalhos arqueológicos*. Famalicão: Perennia Monumenta, 2002.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*. N.º IPA PTO10305020003 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura – IGESPAR – Castelo de Arnoia/Castelo dos Mouros/Castelo de Moreira [Em linha]. *Portal do Arqueólogo*. Lisboa: IGESPAR, [s.d.]. [Consult. 19 de maio de 2012]. Disponível em [www: <URL: http://arqueologia.igespar.pt>](http://arqueologia.igespar.pt).

RESENDE, Nuno – *Fervor & devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro: séculos XVI a XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

SILVA, Jorge Henriques Pais da; CALADO, Margarida – *Dicionário de termos de arte e arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

VITORINO, Pedro – O castello de Celorico de Basto. *O Arqueólogo Português*. N.º 14 (1909).